



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

PABLO SANTOS SANTANA

ALÀGBÁRA OBÍRIN: A FORÇA DA MULHER NOS QUILOMBOS

Salvador

2018.2

PABLO SANTOS SANTANA

ALÀGBÁRA OBÍRIN: A FORÇA DA MULHER NOS QUILOMBOS

Memória descritiva do livro-reportagem ‘Alàgbára Obírin: a força da mulher nos quilombos’, apresentado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/Ufba) como requisito para conclusão da graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Costa da Conceição

Salvador

2018.2

“Nós, os negros, temos que prestar
muita atenção à nossa história se
quisermos tornar-nos conscientes.
Muita coisa tem que ser revelada e
seríamos ingênuos se esperássemos que
nossos conquistadores escrevessem
uma história imparcial sobre nós.”

Steve Biko

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cristiane e Hélio, por todo apoio e incentivo desde sempre

A toda a minha família, por acreditar nesse sonho

Ao meu irmãozinho, que onde quer que esteja estará vibrando por mim

Aos meus amigos, por me amarem mais que me odiarem

A Del, Dona Ana, Leite, Val e todas as mulheres quilombolas pela generosidade em me receber e compartilhar suas histórias comigo

Ao professor Fernando, pela orientação e por ser inspiração

À Universidade Federal da Bahia, por todos os caminhos que me mostrou

RESUMO

Este memorial tem como objetivo detalhar os procedimentos de pesquisa e concepção de *Alàgbára Obírin: a força da mulher no quilombo*, livro-reportagem que narra a história de quatro mulheres negras oriundas de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) na Bahia. Verificando a existência de se contar as narrativas pessoais desse grupo social, a pesquisa apresenta as bases teóricas que sustentam a escolha do livro-reportagem para contar a trajetória das protagonistas, da relevância do jornalismo literário e as entrevistas em profundidade como meio de se contar estes relatos e destaca a contribuição do jornalismo para a preservação desses registros. Por fim, exponho o processo de construção do trabalho.

Palavras-chave: mulheres quilombolas; livro-reportagem; jornalismo literário; quilombo; trajetória;

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Imagem utilizada como base para ilustração; reprodução/Facebook Viviane Soares.....	p. 32
Imagem 2: Esboço ilustração um; criação: Marina Araújo/ Janeiro de 2018.....	p. 33
Imagem 3: Esboço ilustração dois; criação: Marina Araújo/ Janeiro de 2018.....	p. 33
Imagem 4: Ilustração finalizada; criação: Marina Araújo. Janeiro/2018.....	p. 34
Imagem 5: Capa Alàgbára Obìrin: a força da mulher nos quilombos; criação: Marina Araújo. Novembro de 2018.....	p. 34

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. Livro-reportagem e entrevista em profundidade.....	10
2.2. Jornalismo Literário: contando história para além do lead.....	15
2.3. O Jornalismo através do tempo: registro, história oral e memória jornalística.....	18
3. O PROCESSO.....	22
3.1. Concepção.....	22
3.2. Entrevistas.....	26
3.3. Decupagem e escrita.....	28
3.4 Título e projeto gráfico.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. APRESENTAÇÃO

Fenômeno de principal importância na luta anti-escravista no Brasil, os quilombos eram territórios ocupados, tradicionalmente, por escravos fugidos que se contrapunham ao regime perverso em que os negros traficados da África eram submetidos no país.

Eram terras afastadas dos centros urbanos e de acesso restrito localizadas em matas, selvas e montanhas que se transformavam em grandes aldeias, onde os africanos escravizados buscavam resgatar sua dignidade, a partir da manutenção das tradições aprendidas no continente-mãe.

Estes territórios ficaram conhecidos por servirem de fortaleza para suas populações, assim garantindo a sobrevivência não só dos homens, mulheres e crianças que ali habitavam, mas também de toda uma cultura oriunda da África que contribuiu para a formação de novas práticas, por meio das relações de convivência mais igualitárias e na readaptação de práticas de sobrevivência aprendidas no passado, como a economia de subsistência em um novo solo.

Um dos principais espaços de resistência à época, o quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, área atualmente pertencente ao estado do Alagoas, se tornou um mito na história da escravidão no Brasil por ter sobrevivido, durante um século, aos ataques dos governantes.

Dos processos estabelecidos nestes espaços surgiram diversos elementos da cultura afro-brasileira, símbolos que permanecem presentes no nosso cotidiano e que nos constitui enquanto povo e nação. As relações territoriais que esses grupos organizados desenvolveram, suas identidades étnicas e hábitos culturais permanecem sendo preservadas pelos seus descendentes nas comunidades remanescentes de quilombo que atualmente lutam para garantir a tutela definitiva dessas terras que são marcadas pela ancestralidade.

Desde a retomada da democracia no país, os povos quilombolas tiveram seus direitos assegurados por lei de preservação da cultura e identidade, assim como à titulação das terras ocupadas, de acordo com a Constituição Federal de 1988¹.

¹ “Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.” Ato das disposições constitucionais transitórias. Art. 68. (BRASIL, 1988).

As comunidades quilombolas integram o patrimônio cultural brasileiro (art. 216, CF/88) por retratar e preservar a cultura afro-brasileira remanescente do povo africano que colonizou este país, e, portanto, devem ser protegidas pelo Estado, segundo o art. 215, § 1º, da CF/88.

Embora havendo a constitucionalidade de direito garantida para esta população, somente com o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi regulamentado nacionalmente os parâmetros para identificar, reconhecer, delimitar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo², conforme trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O decreto também concede a essas populações o direito à autoatribuição como critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo a aprovação do texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP)³ - entidade responsável pelo cadastro geral dessas comunidades- , existem 2.547 quilombos certificados em todo o Brasil. Tendo os estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais com o maior número delas, respectivamente.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) estima que aproximadamente dois milhões de pessoas habitam essas comunidades. Um número que representa 130 mil famílias brasileiras espalhadas por todo o território nacional.

Ainda que a conquista de direitos a população remanescente de quilombos seja relativamente

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 08/10/2018

² O decreto de acordo com o seu art. 2º considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: 08/10/2018

³ Instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Disponível em: ”<http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 07/10/2018

recente e a sua configuração enquanto categoria social⁴ também, suas populações representam uma força social antiga no meio rural brasileiro, principalmente nas disputas por regularização fundiária e no desenvolvimento da agricultura familiar.

No que tange a organização desses territórios, as mulheres quilombolas possuem forte papel na administração, exercendo funções de liderança nos mais diversos segmentos comunitários até a esfera política. A partir da minha vivência nesses espaços nasce *Alàgbára Obìrin: a força da mulher nos quilombos*, um livro-reportagem que ouve e propaga as vozes dessas mulheres quilombolas e do protagonismo feminino, reivindicado desde Aqaltune, Acotirene e Dandara. As três foram figuras fundamentais na luta de resistência do quilombo dos Palmares, mas pouco são abordadas pela história.

Conto por meio de grandes reportagens parte da história de vida de quatro mulheres oriundas de diferentes comunidades remanescentes, nas cidades de Camamu e Lauro de Freitas. E as suas lutas dentro dos espaços quilombolas. O meio utilizado para contar essas histórias é o jornalismo que, de acordo com Alsina (2009) tem um papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes.

Partilhar as histórias de vida dessas mulheres contribui também para a produção historiográfica dos locais que vivem, servindo como um registro documentado de suas lutas em garantir qualidade de vida para seu povo e a sobrevivência da cultura dos seus ancestrais.

⁴ Categoria social a partir das definições de Poulantzas (1973) descreve o conceito como um conjunto de pessoas capazes de atuar como uma unidade social, embora não partilhem da mesma origem de classe, nem às vezes da proximidade física, mas ligados por compartilharem um indicador comum. (POULANTZAS, Nicos). **As classes sociais**. Estudos CEBRAP, São Paulo, 3: 5-39, jan. 1973.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O livro-reportagem e a entrevista em profundidade

O papel do jornalista é oferecer informações que são resultado da interação contínua entre tempo e espaço. Traquina (2005) ao se debruçar sobre as teorias que concebe as notícias como mais um modo de construção social da vida em sociedade pontua a importância do jornalismo no processo, porque são a partir dessas narrativas jornalísticas que a realidade é interpretada.

A escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Ela é orientada “pela aparência que essa ‘realidade’ assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para apresentação dos acontecimentos” (TRAQUINA apud MANOFF, 2005, p.174). Por sua vez, produzir notícias é submeter um acontecimento ao tratamento narrativo de comunidades interpretativas através de códigos. Alsina complementa que a notícia é como “a narração de um fato ou o reescrever de uma outra narrativa” (ALSINA, 2009, p. 12). Desta forma, credita-se ao jornalismo a função básica de informar, averiguando de que forma os fatos acontecem, transmitindo-os para a população.

Embora a dinâmica do jornalismo cotidiano que pauta as redações e gere a imprensa não consiga dar conta da totalidade de acontecimentos que ocorrem no mundo, alguns recursos tentam subverter a ordem dominante e buscam outros caminhos para narrar histórias e fatos que passam despercebidos ou não são aprofundados.

Nesta perspectiva, encontra-se o livro-reportagem, que procura estender a função meramente informativa do jornalismo cotidiano uma vez que tenta ampliar a compreensão da realidade para o leitor e cobrir os vazios deixados pela periodicidade.

Em uma definição quase acadêmica, é possível dizer que livro-reportagem é um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico. Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos. (BELO, 2006, p. 41)

Segundo Lima (2009) essa é a principal característica do livro-reportagem: preencher as lacunas deixadas pela cobertura jornalística na sua abordagem do real, criando novos desdobramentos sobre temáticas já conhecidas pelo público.

Lima, Prizibiszki (2006), Oliveira, Santos (2004) e Belo (2006) ao tratarem sobre o livro-reportagem problematizam alguns desdobramentos que envolvem o objeto, como as etapas de criação do produto, a formação do jornalista e o seu papel social que, por muitas vezes, é limitado devido à lógica capitalista que rege as empresas de comunicação.

Nesse contexto, os livros-reportagem têm o papel importante na transformação da realidade, mapeamento do tempo e interpretações sobre questões cotidianas. Medina (2002) defende que a função dessas publicações é de transformar a realidade, construir a memória dos acontecimentos e de destacar o papel educativo e de formação do texto jornalístico - elementos que são inerentes à prática - e ao resultado da grande reportagem.

Livros que fizeram sucesso no mercado editorial brasileiro enfatizam o caráter educativo destas publicações atrelados à profundidade da investigação nas abordagens de questões sociais discutidas nas obras.

Entre eles destacamos os títulos: *Os Sertões*, de 1902, escrito por Euclides da Cunha, *Comando Vermelho: A história do crime organizado*, de 1993 de Carlos Amorim, *O Olho da Rua* (2008) de Eliane Brum, *Abusado – O dono do morro dona Marta*, publicado em 2003 e *Rota 66 – A história da polícia que mata*, de 1993, ambos escritos por Caco Barcellos, são reconhecidos não só pelo público, mas também pelos especialistas levando em consideração os diversos prêmios que receberam.

As obras citadas além de possuírem semelhanças por relatarem acontecimentos de forma mais extensa e esclarecerem dúvidas sobre fatos cotidianos, elas também dividem um caminho em comum na sua etapa de produção.

Lima categoriza o processo de criação dessas obras a partir do que ele intitula de “procedimentos de extensão”, que é desmembrado em três fases: "A extensão pela pauta", “A

complementação pela captação” e “A fruição do texto”. Apesar da categorização mecanicista ditada pelo autor, ele indica também que, em todas as fases, é necessário pontuar a bagagem cultural e experiência pessoal de quem escreve nas etapas de trabalho. Principal fundamento que difere uma obra da outra.

Seguindo o caminho proposto por Edvaldo Pereira Lima em *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, produto de sua tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo, defendida em 1990 e atualizada em 2009 para a publicação de sua 4ª edição em livro, a elaboração da pauta se configura como pontapé inicial da confecção de um livro-reportagem.

Estabelecer assuntos a serem abordados e caminhos a serem seguidos para se alcançar o objetivo dentro de um grande tema geralmente partem de inquietações pessoais, segundo o autor. Nesta fase, pode se contar com a liberdade de assumir certos riscos em virtude do descompromisso com alguns atores⁵ que habitualmente influenciam na criação da pauta.

Considerando que a elaboração deste projeto experimental foi um processo aberto, algumas adições e exclusões de temas surgiram com a fluência do processo de confecção. É natural na rotina jornalística as pautas se modificarem por conta das fontes, tempo e direcionamentos.

Por esse motivo, a pauta inicial foi baseada em temas recorrentes e genéricos que se encaixam no cotidiano das mulheres quilombolas. Direito ao território, políticas públicas, representatividade, violência, saúde, religião, ancestralidade e fé foram os principais assuntos escolhidos na fase de pré-produção para guiar as entrevistas em campo.

Durante a apuração, o ponto de partida do livro-reportagem, segundo Belo, por ser considerada “a essência do jornalismo, o trabalho de reportagem propriamente dito” (BELO, 2006, p. 86), se utilizou da documentação e entrevistas como principais técnicas na apuração das informações para a criação de *Alàgbára Obirin: a força da mulher nos quilombos*.

⁵ Entendo como atores, partindo da minha experiência em redações nas proposições de pauta, os elementos políticos e organizacionais que influenciam a validação ou não de assuntos que são pautados nas reuniões. Destaco entre eles: a questão da audiência e os arranjos políticos partidários; como principais entraves para o desenvolvimento de algumas questões.

Documentação pode ser entendida como “coleta de dados em fontes registradas de conhecimento” (LIMA, p. 128). Já entrevista, a sua função é reconstituir fatos e coletar interpretações (LAGE, 2011).

Para a construção das narrativas que compõem este livro foi necessário individualizar os depoimentos e recorrer a visão de mundo das fontes para obter determinadas informações que não possuem validação oficial. Sobre essa escolha (MEDINA, 2002, p. 18) defende que a entrevista é uma “técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas”. E complementa:

Por uma distorção do poder nas sociedades, muitas vezes se atribui esse crédito apenas a fontes oficiais, vale dizer, fontes do Poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural. Enfatiza-se, com isso, a unilateralidade da informação: só os poderosos falam através das entrevistas. Mas o que não se pode negar é que existe na entrevista a possibilidade de um diálogo democrático, do plurólogo. (MEDINA, 2002, p. 18)

Lima descreve a entrevista para a apuração de informações como “[...] uma forma de expressão em si, dotada de individualidade, força, tensão, drama, esclarecimento, emoção, razão, beleza” (2009, p. 107). Belo chama atenção para que durante o processo de entrevista o autor “capte o detalhe, a percepção humana das coisas, o caráter psicológico dos personagens e a impressão que os fatos causam a quem os vivenciou” (2006, p. 88). Impressões essas não-verbais que, apesar de não estarem contidas no texto escrito ou se apresentarem de forma discreta, são informações necessárias para a construção da notícia. Para a entrevista, foi seguido o que Belo pontua como importante para se obter bons resultados:

[...] elaborar um roteiro de entrevista e até pôr no papel as principais perguntas ajuda bastante. [...] Perguntas não devem ser restritivas demais, que só admitam „sim” ou „não” como resposta, nem tão amplas que se percam na verbosidade e confundam o entrevistado. Saber a hora de mudar de assunto ou de introduzir uma pergunta mais contundente faz toda a diferença no resultado final. [...] A boa entrevista é aquela que

se transforma em um diálogo fluente, em que as perguntas pré programadas vão levando a outras, que surgem na hora, na medida em que novas informações são reveladas e, ao final, não reste nenhum ponto sem esclarecimentos. [...] Existem questões delicadas e muitas vezes pertinentes. (BELO, 2006, p. 103-106)

Por fim, é necessário salientar a importância dos projetos de conclusão de curso em formato de livro-reportagem no processo de formação do futuro jornalista. Santos e Oliveira (2004), no artigo *A (des)caracterização do livro-reportagem em projetos experimentais de jornalismo* ao examinarem o sucesso nas produções de livro-reportagens apresentadas nos Congressos Nacionais de Comunicação e realizarem a ligação com as Diretrizes Curriculares de Jornalismo aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), em 2001, definem que o estudante “precisa desenvolver a capacidade de reflexão para analisar os padrões e práticas jornalísticas, exercitando sua capacidade criativa no sentido de experimentar novas linguagens e produtos de comunicação” (2004, p.4).

As autoras ao colocar o livro-reportagem como um exercício de cidadania na formação do jornalista, chama atenção para a construção de jornalistas como atores sociais, capazes de refletir sobre sua responsabilidade social e conscientes de que seu trabalho bem realizado amplia o conhecimento da população e permite mudar o olhar sobre determinadas realidades.

As etapas citadas anteriormente como a escolha do tema abordado, a captação de informações feitas durante a entrevista, o tratamento das informações colhidas no processo e a lapidação dessas informações em um texto jornalístico e profundo é uma grande oportunidade de imersão para o estudante em novas tentativas que, nos estágios e durante as disciplinas práticas dentro da grade curricular do curso não se tem a chance de praticar.

A escolha pelo livro-reportagem por parte dos alunos possibilita um exercício de cidadania frente aos desafios e responsabilidades de sua profissão, no que tange à contribuição para a sociedade, à formação do bem comum e à consciência de seu papel na sociedade. A prática da grande reportagem propicia um aprendizado para a vida acadêmica e profissional do futuro jornalista, uma vez que nada supera a experiência de

sair a campo e realizar investigações que irão contribuir com a sociedade” (OLIVEIRA, SANTOS, 2004, p. 3).

Com esta adoção fica claro que com o projeto busco também experimentar novas abordagens na temática escolhida, a partir do que foi visualizado por mim durante as imersões na coleta de informações, em que visitas foram realizadas para entrevistas com as fontes e a tentativa de unir as técnicas aprendidas durante graduação com outras possibilidades.

2.2 Jornalismo Literário: Contando histórias para além do lead

O produto escolhido carrega consigo certas especificidades, entre elas a adoção de um texto mais elaborado e analítico. Apesar do vínculo que a obra possui com a contemporaneidade, de acordo com Lima, um livro-reportagem para se tornar bem-sucedido deve preponderar pela superação do imediatismo e se vincular a uma visão universal do fato.

Prizibisczk (2006) reforça que o jornalismo em profundidade exige uma imersão do repórter sobre o cenário em que escreve, assim contribuindo na personalização dos personagens e na sua dimensão humana, além de lançar recursos da arte de comunicar e transformar a compreensão do mundo.

Para isso, recorre-se ao jornalismo literário que bebe do hibridismo da junção de dois campos do conhecimento: o jornalismo e a literatura. O gênero busca a transformação de uma informação factual em história em profundidade, material necessário para a confecção de grandes reportagens.

O jornalismo literário ou “new journalism” é representado por meio de textos que procuram analisar os acontecimentos de forma mais detalhada e sob diversas perspectivas. Narrando-os de forma sensível e envolvente, tendo como ponto marcante a presença de pessoas e suas histórias de vida na narrativa. A estrutura deste novo modo de ‘fazer jornalismo’ se contrapõe ao modelo dominante da estrutura mais rígida do jornalismo convencional, como o lead, porém, sem desprezar à apuração criteriosa da notícia. O livro-reportagem, a biografia e a grande reportagem são alguns gêneros do *new journalism* que surgiu na década de 1960, nos

Estados Unidos.

Determinadas ocorrências sociais necessitam de um maior aprofundamento, mas são tratadas de forma superficial por conta da dinâmica produtiva da periodicidade diária que a todo momento busca o “novo”. Com isso, aspectos relevantes dos assuntos noticiados passam despercebidos pelo jornalista - já doutrinado pelas práticas rotineiras das redações -. Tais exigências fazem com que problemas sociais graves, mas não necessariamente novos, tornem-se desinteressantes e percam o status de noticiáveis nessa lógica.

No processo de produção de *Alâgbára Obirin: a força da mulher nos quilombos* percebi a atuação dessa periodicidade diária do jornalismo no caso do Quingoma. Durante a pesquisa, notei que com o passar do tempo a situação do quilombo, que lutava contra a invasão ao seu território, deixou de ser explorada pela mídia à medida em que a história se distanciava dos critérios de noticiabilidade⁶ que influenciam o fluxo de notícias.

Lima (2009, p. 47) ao refletir sobre a responsabilidade social do jornalista afirma que um trabalho bem executado amplia o conhecimento do público leitor e permite a mudança de realidade a partir do que foi noticiado. De acordo com o autor, a informação permite à sociedade opções de escolha, interpretação, participação das decisões democráticas e construção de novos caminhos ao conceituar o livro-reportagem como um produto cultural contemporâneo e peculiar que:

De um lado, amplia o trabalho da imprensa cotidiana, como que concedendo uma espécie de sobrevida aos temas tratados pelos jornais, pelas revistas, emissoras de rádio e televisão. De outro, penetra em campos desprezados ou superficialmente tratados pelos veículos jornalísticos periódicos, recuperando para o leitor a gratificante viagem pelo conhecimento da contemporaneidade. (LIMA, 2009, p.7)

Seguindo a linha de pensamento proposta pelo pesquisador, o jornalismo literário assume uma função importante na criação da reportagem, pois exige um tempo maior para um tratamento linguístico adequado, requerendo do seu autor criatividade e aprofundamento do que está sendo dito, utilizando não somente as técnicas formais de se produzir notícias, mas também os

⁶(...) quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia". WOLF, Mauro (2006). Teorias da Comunicação. Lisboa: PRESENÇA. pp. 195–218

recursos literários que são igualmente necessários para a construção do texto.

A reportagem requer, muito mais do que outros gêneros jornalísticos, um estro literário por parte do jornalista para que este possa verbalizar as suas impressões de modo que o seu texto não só forneça ao leitor informações necessárias à formação de uma visão crítica, como também sensibilize-o, toque-o umbilicalmente, de modo que ele se sinta participante da história, capaz de sentir as sensações como alguém que realmente tivesse presenciado o acontecimento” (SANTOS; OLIVEIRA, 2004, p. 9).

A estruturação textual precisa ser envolvente, com impressões analíticas, humanizadas e objetivas sobre o acontecimento narrado. Segundo Belo (2006, p. 96) há “muitas possibilidades de parceria entre jornalismo e história. Trabalhos que levem esse tipo de preocupação têm relevância, credibilidade e perenidade”. Características que diferem do que é feito no jornalismo cotidiano, cujo as informações são organizadas no esquema de pirâmide invertida que facilita a produção em massa de matérias e exige um distanciamento e imparcialidade de quem escreve.

Porém, apesar das diferenças, o jornalismo literário não rejeita a hierarquização padrão promovido pela rotina do factual. É preciso entender que o gênero por exigir um maior aprofundamento do fato, ele cria novas diretrizes de comunicação através do desenvolvimento das técnicas narrativas e do manual da redação.

Pena (2007) na condição de destrinchar e conceituar o gênero, atribui sete particularidades fundamentais em um relato para ser categorizado como jornalismo literário. Com o objetivo de tornar tais propriedades mais compreensíveis, o autor intitula os itens de “estrela de sete pontas”, pois são todos imprescindíveis, formando um conjunto harmônico e retoricamente místico:

O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lead, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos

(PENA, 2007, p. 6).

A narrativa que segue essas particularidades citadas anteriormente possibilita uma entrega maior do autor e leitor com a história, numa tentativa de detalhar o acontecimento através de recursos dado pela literatura e da relação híbrida com o jornalismo para se criar uma obra não-ficcional, sem deixar de apurar a notícia.

Oliveira (2006) ao analisar duas obras que se utiliza do jornalismo literário nas suas estruturas narrativas para contar relatos reais conclui que o gênero encontra na literatura a possibilidade de retomar seu espaço e reagrupar seus princípios formadores.

Em sua análise é apontado a possibilidade de resgatar o aspecto de profundidade das reportagens para aproveitar da literatura a “veia criativa” que universaliza os meios de se contar uma história, mantendo a ação prática do jornalismo pela narrativa real.

Existem histórias reais que precisam ser contadas como histórias e não como meros relatos descritivos, sem qualquer expressividade, característica esta, essencial à prática jornalística. Esse necessita, assim, rever o modo como se reporta o fato e transportá-lo até o agente mais interessado – a sociedade. (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

Para *Alàgbára Obìrin: a força da mulher nos quilombos*, o uso desta linguagem é importante para se alcançar os objetivos pretendidos. Inicialmente pelo fato de que todos os pontos de vistas utilizados nas produções das reportagens são de fontes anônimas, não oficiais, que nos meios convencionais são ignoradas pela falta de tempo e de espaço nas publicações.

Outro fator determinante para a escolha do gênero como fio condutor do relato dessas histórias é a vasta possibilidade de abordagens que, a partir das narrativas, podem contribuir na formação do cidadão e para o despertar das mazelas impostas para essas mulheres por serem quilombolas. Criar novas narrativas que visem valorizá-las é agir com cidadania, preceito fundamental ao ofício jornalístico.

2.3 O Jornalismo através do tempo: registro, história oral e memória jornalística

Na construção de *Alàgbára Obirin: a força da mulher nos quilombos* os conceitos de memória, história oral, identidade e história de vida nortearam o processo de produção das narrativas.

Izquierdo (2002) afirma que a memória é importante para a vida dos grupos sociais porque é o armazenamento e lembrança daquilo que é adquirido por meio da experiência. Dessa forma a aquisição de memórias é aprendido. Lima considerou a memória como um método de captação que encontra melhor aplicabilidade no livro-reportagem pelo resgate psicológicos e sociais realizados durante a captação de informações.

Pela reconstrução que faz o narrador, é ultrapassado o limite seco, diminuto, da informação concreta nua e chega-se a uma dimensão superior de compreensão tanto dos atores sociais como da própria realidade maior em que se insere a situação examinada. (LIMA, 2009, p. 127)

Halbwachs (2004) diz que a escrita foi encarada pelo homem como uma maneira única de se conservar lembranças porque "as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem" (HALBWACHS, 2004, p. 80). Dada essa importância a escrita, o jornalismo impresso funciona como marcador no sentido histórico por transformar a realidade em relato, assim proporcionando uma interpretação sobre fatos à época, em diferentes períodos históricos, ampliando o seu contexto comunicacional.

Michel e Michel (2015) ressaltam também que o profissional ao registrar fatos, contar histórias, de certa forma, contribui para a perpetuação daquilo que registrou. Um dos principais materiais utilizados nos estudos historiográficos são as notícias arquivadas que, por vezes, é a única documentação disponível dos fatos recorrentes de uma realidade específica. Os registros jornalísticos são como um fio da memória local desses conjuntos de pessoas, que possibilita a preservação para além do tempo presente sobre as particularidades, histórias de vida e cultura local.

A memória jornalística cumpre o seu papel primário analisando o acontecimento e gerando

visões sobre os fatos, enquanto a organização desses registros - numa linha temporal - proporciona o entendimento da história de um povo, a memória social.

Identidade, memória e jornalismo são, a partir dessa perspectiva, concepções tomadas como possuidoras de uma relação direta, isso porque o jornalismo (como mídia ou segmento da comunicação de massa) mantém relações claras com a História, caracterizando-se como ferramenta de compreensão e recuperação do passado. (MICHEL; MICHEL, 2015, p.7).

Compreender as conjunturas sociais e culturais distintas por meio da informação jornalística é prática já habitual em determinadas realidades que são assistidas pela imprensa. No entanto, outros contextos não possuem o mesmo privilégio devido à diversos entraves estruturais que ditam essa relação que é o lugar da informação.

O jornalismo ocupa um papel primordial na metodologia de elaboração das identidades sociais e nas interações entre os conceitos de registro e memória. É através da prática, por exemplo, que a memória não é apenas fixada, mas também inscrita e reescrita pelas narrativas que exercem lugares de denúncia ou forte apelo popular. Ocupando um local descrito por Nora (1993) e Berkowitz (2011) como construtores e/ou legitimadores de “lugares de memória” que resgatam o passado para se produzir e/ou contextualizar sentido no presente.

Por intermédio da informação jornalística ocorre o vínculo com o passado (no qual está presente a ilusão de que o conteúdo está relacionado ao que era melhor, mais original) e que permite à memória encontrar associações que auxiliam na compreensão dos acontecimentos do presente em seu contexto, com suas interligações, coerentes com os acontecimentos de ontem, e que tornam o jornalismo legítimo. (BERKOWITZ, 2011)

Por essas dimensões (MICHEL; MICHEL 2015, p. 3) concluem que o jornalismo “transmitiu conhecimento presente nos últimos séculos, sendo que suas doutrinas, leis, e formas de relacionamentos estiveram presentes na formação de muitos povos e civilizações e, em função do empenho em noticiar os fatos, a história da humanidade segue registrada, comprovando o

valor que possui a cobertura de notícias e acontecimentos”.

A memória é constituída pelos acontecimentos, as pessoas e os lugares. As experiências vivenciadas tanto individualmente quanto coletivamente, embora sejam vistas como memórias, podem também ser relacionadas como identidade, já que são essas vivências que os constituem afetivamente enquanto sujeitos de um grupo social.

Enquadrando a memória como elemento formador de objetos sociais e culturais e as narrativas jornalísticas como marcador de espaço-tempo, é possível afirmar que os relatos destas mulheres, embora não sejam tidos como fontes oficiais pela história e até o próprio jornalismo, são fortes contribuições na formação dessas comunidades quilombolas e suas identidades por conter materiais significativos para as populações que vivenciam realidades semelhantes.

Para coletar as informações sobre a formação dessas comunidades quilombolas, por conta da longevidade da maioria dos acontecimentos, se fez por necessário entrevistar aqueles que não presenciaram fisicamente a ação, mas tem na memória um traço afetivo sobre esses episódios em suas vidas, por terem sido repassados pelos seus antepassados.

Por conta da importância desses depoimentos que o conceito de história oral norteou boa parte do processo de escrita deste livro-reportagem, porque foi levado como base para construção das narrativas as informações coletadas a partir do relato das fontes entrevistadas. Entende-se como história oral:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, [...]) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

A descrição das pessoas envolvidas na temática apresentada, as suas histórias de vida⁷ e os contextos sócio-econômico-culturais são elementos necessários para a criação do produto. Tentando atingir tal objetivo, optei por adotar o formato do livro-reportagem-retrato, classificado por Lima como aquele que não focaliza apenas em traçar o perfil de uma figura humana, mas de uma região geográfica ou setor da sociedade, procurando retratá-lo de forma a “elucidar, sobre tudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade” (LIMA, 2004, p. 53).

Portanto, para contribuir na preservação da história dessas mulheres quilombolas no processo de luta por direitos das comunidades remanescentes de quilombos é imprescindível o uso do registro jornalístico e dos gêneros (livro-reportagem e jornalismo literário) para perpetuar o protagonismo dessas mulheres.

3.0 O PROCESSO

3.1 Concepção

Escrever sobre a luta e história de mulheres quilombolas que ainda sofrem com o estigma de pertencerem a terras ocupadas anteriormente por escravos africanos e afro-brasileiros surgiu com a minha inserção nestes espaços, através de trabalho voluntário e atividades de extensão. Sempre busquei falar sobre histórias vistas como subalternizadas ou que dialogassem com o universo que contribuiu para a minha formação.

Na primeira matéria feita por mim e submetida a avaliação nas oficinas iniciais de prática em jornalismo escrevi sobre um grupo que realizava ações de cultura e arte em uma comunidade extinta no Subúrbio Ferroviário de Salvador, chamada Guerreira Zeferina - Cidade de Plástico (CDP). Para a produção da reportagem fui até a comunidade que vivia nos fundos da estação ferroviária de Periperi, em uma área que antes abrigava a fábrica de peças ferroviárias da

⁷ Lima (2009, p. 114-121) considera que as histórias de vida podem servir de quatro maneiras ao livro-reportagem: autobiográficas, biográficas, fontes complementares e suportes de pesquisa. Em Alãgbára Obirin: a força da mulher nos quilombos utilizou-se dessas histórias como biográfica para traçar um perfil das fontes que protagonizaram as reportagens, mas também como fontes complementares e suportes de pesquisa para validar os acontecimentos.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Para a mesma disciplina, escrevi sobre parto humanizado, entrevistei uma designer de moda negra que desenvolve trabalhos em suas coleções de roupa ligados ao ativismo político e representação identitária e um perfil sobre Ivana Chastinet, diretora teatral, atriz e performer que à época era protagonista de um filme que contava a sua história contra um câncer de mama - doença que a vitimou tempos depois. A visitei em sua casa na Vila Operária Coração de Maria, no bairro 2 de julho, e passamos horas conversando sobre assuntos que ultrapassaram os limites propostos pela pauta, mas que agora, ao revisitar esse breve passado para a construção desta memória, percebo o quanto foi importante no processo de construção da minha conduta como jornalista em relação com a fonte.

No semestre seguinte, para o jornal laboratorial desenvolvi uma reportagem que fazia um panorama geral sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha e da criação de políticas que visa o cumprimento da lei. Entrevistei ativistas de direitos humanos que trabalham prestando assistência jurídica a vítimas de violência doméstica e representantes do poder público que trabalham para garantir o funcionamento da lei, como a Major da Ronda Maria da Penha, Denice Santiago e a delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à mulher, Heleneci Nascimento.

Já no final do curso, para o especial “Uma deusa, uma louca, uma feiticeira”, da disciplina de webjornalismo ministrada pela professora Cleidiana Ramos, escrevi sobre o culto às divindades femininas nas mais diversas culturas e a caça as mulheres consideradas bruxas por dominarem práticas sagradas e ancestrais que erroneamente eram relacionadas a magia ou feitiçaria.

Durante o período destaque também meu engajamento no Grupo de Pesquisa em Mídia e Etnicidades que proporcionou o ampliamto da minha visão, principalmente na questão quilombola com a viagem ao Baixo-Sul da Bahia e o acompanhamento das pesquisas de colegas que trataram sobre em suas dissertações.

Os cursos que participei no Instituto de Mídia Étnica que me deu ferramentas para tratar com mais propriedade as questões raciais dentro do jornalismo. E o trabalho voluntário que

desenvolvi com comunidades em situação de vulnerabilidade social juntamente com a ONG Teto que humanizou o meu olhar. O tema dialoga com os caminhos que venho trilhando durante a minha trajetória acadêmica ao concentrar as minhas produções em assuntos que envolvam direitos humanos, relações raciais, estudos étnicos e femininos de alguma forma.

O jornalismo impresso também permeou boa parte das experiências que tive durante o período da graduação. Os estágios na assessoria de comunicação das escolas da Secretaria da Saúde do estado, nos núcleos de comunicação da Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) e Rede CNT e na redação do Aratu Online contribuíram para o processo (ainda em andamento) do meu estilo de escrita.

Trabalhando nos últimos meses com *hard news*, aprendi os desafios da prática diária do jornalismo e pude desenvolver pautas mais elaboradas através de reportagens especiais em diversas editorias. Vi no livro-reportagem uma oportunidade de encerrar este ciclo colocando em prática boa parte dos conhecimentos adquiridos no período ao abordar com mais profundidade as questões quilombolas tidas no livro, aliando-as com as técnicas fundamentais do jornalismo, ampliando sua função comunicativa.

Dada a importância da escolha do formato e do tema a partir das experiências e preocupações que me guiam com esse breve histórico sobre a minha, até então, curta trajetória. A parte seguinte foi “preparar o terreno” para entrar em campo.

Divido o processo de imersão e entrevistas para a produção de *Alàgbára Obirin: a força da mulher nos quilombos* em duas fases. Uma mais pré-inicial, que foi realizada ainda com o grupo de pesquisa durante a viagem em outubro de 2016, em que estive participando das gravações como assistente de produção da equipe de audiovisual que viajou para registrar a vivência nas comunidades. Foi neste período em que surgiu a ideia de realizar como produto para o trabalho de conclusão de curso a luta das mulheres quilombolas.

Passamos os quatro dias de viagens entrevistando os quilombolas do Barroso e Nova Esperança. Todo o material foi documentado em vídeo, mas em alguns momentos - por iniciativa própria - gravei umas partes das conversas com os moradores com o gravador do

celular. Desta forma, consegui salvar um trecho da entrevista com Maria Leite, parteira do Barroso. A gravação da sua entrevista em vídeo se corrompeu e não conseguiu ser salva durante a exportação.

Voltando para Salvador, apresentei para a disciplina Desenvolvimento Orientado, do 7º semestre, um esboço do trabalho final tendo o foco nas mulheres quilombolas. De qual forma abordaria o tema, eu ainda não sabia. Estava mudando totalmente os rumos que tinha planejado para a minha conclusão de curso, meu desejo, à época, era falar sobre diplomacia midiática usando como análise a tensão territorial entre a Crimeia e a Rússia.

Em novembro, surgiu um dos primeiros indícios do que futuramente se tornaria este livro. Logo após retornar do Baixo Sul, entrevistei Dona Ana, liderança do quilombo do Quingoma, para elaboração de uma reportagem que seria apresentado no Instituto de Mídia Étnica como conclusão do curso de formação em jornalismo e relações raciais. A sua postura frente às invasões que aconteciam nas terras do quilombo me motivou ainda mais em documentar a trajetória de mulheres quilombolas.

Ao decidir abordar a história de mulheres que atuam como líderes nos quilombos, o passo seguinte foi realizar um levantamento de bibliografias e referências sobre a temática quilombola que pudessem me ajudar a compreender algumas questões envolvidas no universo dessas comunidades para desenvolver as pautas e perguntas para as entrevistas.

A escolha do produto tendo por base o formato impresso se deu pela maior facilidade na busca por informações em documentos públicos disponibilizados na internet com a Lei de Acesso à Informação e entrevistas feitas pela internet e aplicativos de mensagens. Apesar de ter feito grande parte da coleta de informação com as fontes pessoalmente, em alguns momentos de dúvidas, foi necessário o contato com algumas delas por estes meios.

O observatório Quilombola do Koinonia, que atua com comunidades tradicionais, dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e as áreas destinadas às ações para as populações quilombolas dos sites da Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foram fundamentais para entender as principais reivindicações do movimento quilombola e as políticas públicas voltadas para essas comunidades.

Utilizei também como base os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Ana Gualberto (UFBA)⁸, Bárbara Souza (UNB)⁹, Cledineia Carvalho (UFBA)¹⁰, Glória Moura (UNB)¹¹ e Paulo Renato Porto (UFRRJ)¹², para compreender a organização política e territorial desses espaços e usar como referência na construção das reportagens.

Moura (2004) afirma que os quilombos ficaram no imaginário brasileiro como “agrupamentos de africanos fugitivos que desejavam reproduzir uma vida comunitária semelhante à vida na terra de origem, o continente africano”. Diferente dos remanescentes de quilombo que são comunidades habitadas - em espaço urbano ou rural - por populações negras que possuem uma forte ligação com os territórios que se estabeleceram por criarem raízes e construírem uma história nesses espaços. Superar essa definição que integra meu repertório educacional foi necessária para distinguir os dois grupos sociais e dar continuidade aos trabalhos, que parte da presença feminina nos espaços de decisão no movimento quilombola, da minha percepção dentro dessas comunidades sobre o papel das mulheres nos arranjos sociais que constituem esses espaços e da necessidade de narrar as trajetórias dessas mulheres.

O final de 2016 e início de 2017 foi marcado pelo estreitamento da minha relação com o Quingoma e Dona Ana. Visitei a comunidade aos domingos entre os meses de março e junho de 2017 como voluntário da Teto e durante as visitas documentava algumas coisas

⁸ GUALBERTO, Ana. **Caminhadas, sonhos e lutas: mulheres negras do baixo sul da Bahia**. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Koinonia, 2015; GUALBERTO, Ana. **Mulheres quilombolas e samba de roda: um olhar sobre as comunidades de Barroso e Jetimana/Boa Vista** - Camamu Ba, 2017.

⁹ SOUZA, Barbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**, 2008; SOUZA, Barbara Oliveira. **Aquilombar-se: reflexões sobre aspectos político organizativos e identitários do movimento quilombola no Brasil**. Brasília, 2008

¹⁰ SANTOS, Cledineia. **O esquecimento do ofício de partejar em tempos pós modernos**. Salvador, 2017.

¹¹ MOURA, Glória. **Quilombos contemporâneos versus terceiro milênio**. In: Selma Pantoja. (Org.). *Entre Áfricas e Brasis*. São Paulo: Marco Zero, 2001; MOURA, Glória. **Fé, Alegria e Luta - o exemplo dos Quilombos Contemporâneos**. Revista Palmares: Quilombos no Brasil, Brasília, 2000; MOURA, Glória. **Os Quilombos Contemporâneos e a Educação**. *Humanidades*, Universidade de Brasília, v. 47, p. 99 - 116, 15 nov. 1999.

¹² PORTO, José Renato. **“Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: Os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento”**. Rio de Janeiro, 2016.

relacionadas a situação da comunidade com a construção da Via Metropolitana, que serviu como história para este livro.

Os meses de setembro, outubro e novembro de 2017 foram dedicados para pesquisa e criação das perguntas que seriam feitas durante as entrevistas com as lideranças dos quilombos de Camamu que estava marcada para acontecer no início de dezembro. Desta vez, além do Barroso, o quilombo de Jetimana e o assentamento Dandara dos Palmares faziam parte do roteiro. Ainda no período, com o material bruto das entrevistas em mãos, comecei a rever os depoimentos da viagem de 2016 com o objetivo de filtrar possíveis histórias para a criação do livro.

Os dias de novembro de 2017 não foram os mais fáceis. No início do mês, Felipe Doss, um amigo que a universidade trouxe para minha vida, foi assassinado no Parque São Brás, no bairro da Federação. O segundo baque veio quase 20 dias depois e foi devastador. Perdi meu irmão mais novo e único irmão às vésperas da viagem para Camamu.

Como disse no epílogo do livro, ainda não consigo expor em palavras qual a sensação de não ter mais a sua presença física em meu convívio, mas tenho em seu filho - nascido dois meses após a sua partida - a melhor recordação de nossas vidas. Esse foi o motivo do adiamento da apresentação deste trabalho. Apesar de ter dado continuidade na execução do projeto, me perdi nos prazos e não consegui apresentar no semestre.

3.2 Entrevistas

Enterrei o meu irmão na sexta e na segunda-feira seguinte estava atravessando de ferry até o Terminal de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, para seguir viagem até o Baixo-Sul. Ao lado de Naiara Soares, membro do Koinonia, que viajava a trabalho e me deixou acompanhá-la. Nesta viagem, realizei cinco entrevistas durante os quatro dias em que estive em Camamu, visitando as comunidades do Barroso, Jetimana e Dandara dos Palmares. Com exceção de Maria Leite e Ana Célia, foi o meu primeiro contato com a maioria das mulheres entrevistadas. Maria Andrelice (Del), eu já tinha escutado falar sobre após realizar umas sondagens com membros de instituições que trabalham na região em busca de possíveis

histórias.

No processo, todas elas me acolheram em suas casas para a realização das entrevistas que ocorreu de forma muito tranquila. Ao iniciar a conversa, foram apresentados o projeto e a finalidade da entrevista. Registrei as conversas com gravador do celular e, com um bloco de notas anotava algumas falas que julgava como interessante para abordar de forma mais detalhada posteriormente.

Na maioria dos casos tentei me posicionar de forma mais discreta, deixando as entrevistadas falar e interrompendo apenas quando não entendia algumas situações ou quando novas perguntas surgiam conforme o desenrolar da conversa. Apenas no caso de Maria Leite fui com perguntas prontas e segui um roteiro pré-estabelecido por conta das especificidades da sua profissão. Estava interessado em saber sobre os seus dias como parteira, o que receitava, como entrou nessa vida, quais as dificuldades enfrentadas.

Em alguns momentos, perguntas e possíveis temas a serem explorados surgiam a partir das minhas impressões sobre as entrevistadas. Por exemplo, no dia em que estive em Dandara, durante a reunião com o grupo de mulheres aconteceu um incidente na comunidade e Del prontamente saiu para resolver o problema. Sua postura firme ao telefone exigindo que algum técnico da prefeitura fosse para a comunidade me chamou bastante atenção. A partir daí direcionei alguns questionamentos sobre por que se tornou líder na comunidade atuando na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos moradores até descobrir que ela se refugiou para o assentamento, ainda no início da sua ocupação, porque na comunidade em que nasceu as oportunidades eram reduzidas.

Em cada entrevista houve particularidades que contribuiu para que eu encontrasse um caminho já pensando em como a estrutura narrativa seria montada. Ao fim da viagem, eu tinha oito entrevistas para transcrever somando com as da viagem passada e as realizadas no Quingoma. Ainda durante o processo, fiz mais uma entrevista com Dona Ana, em março deste ano, com o foco nas histórias sobre o processo de formação do quilombo e da sua relação com a ancestralidade que nas entrevistas anteriores era citada, mas não aprofundada.

3.3 Decupagem e escrita

A transcrição dos áudios foi uma das partes mais trabalhosas do processo de criação do projeto. Iniciei a etapa ainda em dezembro de 2017, com o intuito de finalizar tudo em até 15 dias, mas não consegui. A maioria das entrevistas duraram em torno de 55 minutos a 1 hora e 45, mas voltar para casa me fez sentir de vez a morte do meu irmão e por mais que eu tentasse adiantar o processo, passei boa parte do tempo com o computador ligado, os áudios rodando e tudo que eu conseguia fazer era olhar para o teto e chorar. Ainda assim, consegui decupar a maior parte dos áudios até janeiro. No primeiro momento, não foi cortado vícios de linguagens, repetições e erros de concordância das falas transcritas.

Nesta fase do processo decidi não utilizar mais o material coletado no quilombo de Nova Esperança por acreditar que os depoimentos fugiam da proposta que o projeto se enquadra. Apesar da riqueza do material coletado, muitas das perguntas não foram realizadas pensando neste produto e, por isso seguiram caminhos diferentes dos amarrados por mim durante as entrevistas realizadas com as outras seis mulheres quilombolas. Identifiquei que isso poderia dificultar na hora de escrever as reportagens, pois destoaria dos demais textos. Como também não conseguiria por questões financeiras me deslocar até a localidade para dar continuidade com os depoimentos e conseguir trazê-los para o universo do projeto, não os utilizei. Nesta etapa, decidi também trabalhar com uma personagem de cada comunidade para poder desenvolver melhor as relações de pertencimento e os processos de formação de cada território e assim evitar a repetição de histórias que são partilhados por todos da mesma comunidade.

Para a redação do livro foi pensando na divisão em quatro capítulos, um texto de apresentação e o epílogo. A apresentação mostra o resumo do conteúdo de cada capítulo e de que forma eles foram construídos tendo como base teórica os conceitos de memória e história oral para justificar a inclusão de narrativas que não possuem fontes oficiais que possam validá-las, mas que são importantes para essas comunidades, pois elas fazem parte dos processos de identificação das pessoas com esses locais. O epílogo conta com as informações resumidas do processo de produção do livro e impressões finais sobre a situação da luta quilombola no

contexto político atual.

Durante a escrita foi necessário um aprofundamento sobre as políticas reparatórias que integram o quadro de ações do estado para os remanescentes quilombolas e os trâmites que envolvem a criação de um assentamento para contextualizar a luta dessas mulheres por melhorias para as suas comunidades. Não faria sentido falar sobre o desejo dessas mulheres por inclusão de políticas públicas em seus territórios sem apresentá-las uma por uma. Para isso, reservei uma parte do capítulo II, intitulado de “O despertar da força”, por acreditar que se encaixava melhor na narrativa de Val que passou a militar pela inclusão de projetos em sua comunidade após estudá-las.

Ainda sobre o processo de escrita, perdi as contas em quantas vezes eu escrevi e reescrevi cada capítulo. Eles se parecem muito pouco com os escritos iniciais e com a organização de ideias que eu tinha para cada capítulo, depois de transcrever e editar os áudios. Após escrever os capítulos e ter as primeiras correções do orientador em mãos, foi necessário fundamentar algumas informações contidas nos textos, principalmente referentes à situação do Quingoma e as denúncias apontadas pelos moradores.

Utilizei da nota de rodapé para trazer o máximo de fontes sobre o caso, tendo como base os documentos protocolados à Justiça pela Defensoria Pública e Ministério Público Federal para validar as informações. O mesmo recurso foi utilizado nos demais capítulos para contextualizar determinadas situações com inserções de análises e trechos escritos por especialistas ou explicar alguma informação que, no texto, quebraria o ritmo de leitura.

3.4 Título e projeto gráfico

Para o título usei como referência uma palavra em iorubá - por ser a língua mais falada entre os negros escravizados que vieram para a Bahia - para ilustrar a força das mulheres quilombolas.

Com o intermédio de uma amiga, entrei em contato com um professor de iorubá e ao explicar

o meu objetivo com o título, ele me sugeriu a tradução *Obirin JagunJagun*¹³. À época, o livro se chamaria “Obirin JagunJagun: a força feminina no quilombo”. Posteriormente descobri que a tradução estava incorreta para o sentido de mulher guerreira que eu queria dar para a frase. Busquei outro especialista em iorubá, desta vez pessoalmente, para que não houvesse mais ruídos entre a nossa comunicação e expliquei que queria com a tradução atribuir o sentido de guerreira, como uma mulher forte, batalhadora. Assim, cheguei ao título “Alàgbára Obírin”. No final, o nome do livro ficou “Alàgbára Obírin: a força da mulher nos quilombos”, substituí a palavra “feminina” por “mulher” para enfatizar o objeto principal deste projeto que são as mulheres e suas lutas nos quilombos.

Trabalhando comigo na concepção do projeto, desde o início, esteve uma amiga designer pernambucana, Marina Araújo. Ela é responsável pela criação da ilustração da capa, a formatação da capa, projeto gráfico e diagramação do livro.

Um dos principais problemas encontrados durante o processo foi em relação ao uso de imagens, principalmente das mulheres e dos lugares que integram as histórias do livro. Não consegui encontrar arquivos com qualidade de todas elas e para não comprometer o produto final, achei melhor não inserir nenhuma imagem. Como não tenho experiência com manuseio de máquinas fotográficas, nem aptidão para fotografia preferi seguir o caminho da ilustração ao criar a imagem de uma mulher que dialogasse com a temática e me remetesse na memória todas as presentes no livro.

Utilizei como referência para a criação do rosto que ilustra a capa do livro uma ilustração feita para um evento que participei que tinha como tema “A mulher negra e o direito à cidade”. Queria trazer para a ilustração a questão da territorialidade, identidade e pertencimento étnico que foram assuntos tratados nas reportagens.

Duas propostas foram feitas pela designer. Uma com referências que trata os vários olhares da mulher sobre as situações que as cercam, entre elas a natureza e a luta quilombola. A outra,

¹³ Obirin JagunJagun e Alàgbára Obírin, em tradução literal, possuem o mesmo significado: mulher guerreira. O que difere um do outro é o sentido atribuído aos termos. O primeiro significa guerreira no sentido literal da palavra, enquanto o segundo, utilizado para nomear este projeto, remete a mulheres tidas como fortes, batalhadoras.

com referências mais ligadas a questão da terra e os caminhos de articulação trilhados pela mulher quilombola enquanto ser social. Escolhi a segunda opção porque acredito que combina mais com o projeto e a ideia que tinha em mente sobre o projeto do livro.

Para a capa, a ilustração foi pintada tendo os olhos e maçãs do rosto realçados com tons terrosos e baixa saturação em todo o rosto. Nos elementos externos, como a rosa, árvores, casas e o mapa tons de marrom avermelhado e amarelo. Em todo o projeto gráfico do livro foi utilizado as escalas entre o amarelo e preto.



Imagem 1: Imagem utilizada como base para ilustração; reprodução/Facebook. Viviane Soares



Imagem 2: Esboço ilustração 1; criação: Marina Araújo. Janeiro/2018



Imagem 3: Esboço ilustração 2; criação: Marina Araújo. Janeiro/2018



Imagem 4: Ilustração finalizada; criação: Marina Araújo. Janeiro/2018



Imagem 5: Capa Alàgbára Obìrin: a força da mulher nos quilombos; criação: Marina Araújo. Novembro/2018

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação deste projeto foi muito intenso e gratificante. Poder falar sobre e conhecer a história de mulheres quilombolas que lutam para garantir a sobrevivência das suas comunidades se tornou motivo de orgulho para mim.

Alàgbára Obìrin: a força da mulher nos quilombos é apenas um recorte do que já é comum não só nas comunidades remanescentes de quilombo espalhados pelo Brasil, mas em todo os setores da sociedade em que as mulheres provam a cada dia que também são protagonistas nas lutas por dias melhores. Protagonismo esse que, durante muito tempo, foi ocultado devido à estrutura patriarcal e machista que sustenta as relações de poder no meio em que vivemos.

Procurei colocar nesse memorial tudo que contribuiu para a criação deste projeto

experimental. Desde os aspectos teóricos, descrevendo os métodos utilizados na concepção do produto e o que me auxiliou durante o processo, relacionando também com as situações que vivi nesses últimos meses que, de certa forma, também impactaram na sua criação.

A luta das mulheres e do movimento quilombola por garantias sociais não é um fenômeno recente, muitas comunidades lutam pelo reconhecimento definitivo das suas terras desde as suas formações. Da mesma forma que grupos e associações quilombolas lutam pela preservação do meio ambiente, por uma agricultura familiar sustentável que produza uma safra orgânica, livre de veneno muito antes dessas preocupações serem pautadas pela opinião pública

A invisibilidade e marginalização ainda é um dos grandes problemas a serem enfrentados pela população remanescente quilombola, que resiste e luta para ter seus direitos reconhecidos e assistidos. Para garantir a sua existência e das suas comunidades, as mulheres quilombolas vão continuar seguindo em luta, independente de quem/ou qual partido estiver no poder.

Neste livro contei a história de apenas quatro em um país que existem milhares de mulheres que assim como Del, Dona Ana, Maria Leite e Val se empenham para transformar a realidade ao seu redor e deixar um legado positivo em suas comunidades. Foram muitos os conhecimentos adquiridos e compartilhados durante o processo de apuração e escrita de cada capítulo. Narrando as suas histórias de vida contribuo para o registro e perpetuação desses relatos invisibilizados. Torná-los públicos é um dever que pretendo cumprir em meu futuro como jornalista.

5.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BELO, Eduardo. **Livro-Reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BERKOWITZ, Dan. **Telling the Unknown through the Familiar: Collective Memory as Journalistic Device in a Changing Media Environment**. In: NEIGER, M. et al. (Ed.). *On media*, 2011.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL, **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: 9 Ed, Record, 2011
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da literatura**. São Paulo: Manole, 2009.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2002.
- MICHEL, Jerusa de Oliveira; MICHEL, Margareth de Oliveira. **O Jornalismo como memória – um estudo a partir do gênero reportagem “A Floresta das Parteias”**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2059-1.pdf>>. Acesso em: Out/2018
- MOURA, Glória. Quilombos Contemporâneos no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **História do negro no Brasil: o negro na sociedade brasileira – resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares-MinC, CNPq, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- OLIVEIRA, Priscila Natividade. **Jornalismo Literário: como o livro-reportagem transforma um fato em história**. In: In: congresso brasileiro de ciências da comunicação, 29. Setembro, 2006. Brasília. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0717-1.pdf>> Acesso: Out/2018

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais**. Estudos CEBRAP, São Paulo, 3: 5-39, jan. 1973.

PRIZIBISCZKI, Cristiane de Azevedo. **Diálogo Aberto** – Como são desenvolvidas, na prática, as etapas teóricas de produção do livro-reportagem. Londrina, PR: UEL, 2006.

SANTOS, Daniella de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Freire. **A (des)caracterização do livro-reportagem em projetos experimentais de Jornalismo**. In: congresso brasileiro de ciências da comunicação, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nélon. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. v1. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2006.